

INDICAÇÕES PARA UMA ANÁLISE SEMÂNTICA
ARGUMENTATIVA DAS CONJUNÇÕES 'PORQUE', 'POIS',
E 'JÁ QUE'

Carlos Vogt
UNICAMP

0. Este artigo é uma tentativa de análise de três conjunções do português — *porque*, *pois* e *já que*¹. Considerarei a conjunção *pois* apenas quanto ao valor que as gramáticas tradicionais chamam de explicativo, deixando de lado o problema do *pois* conclusivo, que poderá ser objeto de uma reflexão futura.

Devo dizer que este trabalho foi diretamente inspirado pela pesquisa que fizeram o professor Ducrot e professores de francês e de matemática — o chamado grupo de *lógica e linguagem* — reunidos no *Institute National de Recherche et de Documentation Pédagogiques*. O objetivo desse grupo é refletir sobre as possíveis relações entre o ensino da língua do pensamento lógico.

A partir dessa pesquisa coletiva, um subgrupo compreendendo O. Ducrot, M. C. Barbault, J. Dufom, J. Espagnon, C. Israel, D. Manesse redigiu um artigo denominado *Car, parce que, puisque*, sobre estas três conjunções francesas.

1. É sabido que no português há dois tipos de conjunção bastante parecidos e que as gramáticas tradicionais classificam, um como conjunção coordenativa explicativa e o outro como conjunção subordinativa causal.

Assim, em Bechara (1964, 196-197), que aliás segue de perto as observações de Said Ali sobre o assunto, pode-se ler o seguinte:

“Conjunções Coordenativas Explicativas: quando começam oração que explica a razão de ser do que se diz na oração a que se ligam: *pois* (no início da oração), *que* (“porque”), *porquanto*:

(1) Considero *já que* não só na sua individualidade mas também como uma variável, cuja função pode ser preenchida por outras conjunções: *pois que*, *uma vez que*, *visto que*, *visto como*, *desde que*, *como*.

Ex. Venho cedo, porque desejo conversar com você.

Fazia tudo para ser agradável, pois não deixava uma pergunta sem resposta.

As explicativas *que* e *porque* aparecem normalmente depois de orações optativas e imperativas”.

Na página 197 o autor escreve:

“Conjunções subordinativas adverbiais causais: quando iniciam oração que exprime a causa, o motivo, a razão do pensamento na oração principal: *porque, que* (“porque”), *como* (“porque”, sempre anteposta à sua principal, no português moderno), *visto que, visto como, já que, uma vez que* (com o verbo no indicativo), *desde que* (com o verbo no indicativo), *pois que, etc.*”².

A distinção entre os dois tipos de conjunção, sobretudo quando se trata de *pois* e de *porque*, não é absolutamente clara e os critérios utilizados para tanto, por serem apenas indicativos de intuições possíveis, insistem em repetir a diferença e adiam a explicação provável.

A confusão no português é ainda maior por causa da possibilidade de uma mesma realização formal — *que, porque* — para as duas funções. E ela aumenta quando a atitude dos gramáticos resume-se em acumular alternativas, já que este acúmulo não obedece a nenhum princípio sistemático de explicação e nem mesmo de classificação:

“As explicativas não passam de causais coordenativas, que nem sempre se separam claramente das causais subordinativas...”, escreve Bechara (1964, 196).

E em seguida, citando Said Ali, de quem aliás, como nos demais gramáticos, se inspira a reclassificação acima:

“Em certas línguas distingue-se a causal subordinativa da causal coordenativa pela diversidade de partícula (em fr. *parce que, car*; em inglês *because, for*; em alemão *weil, denn*); em português, empregando-se *porque* ou *que* para um e outro caso, conhece-se a diferença pela pausa. A causal subordinativa separa-se da oração principal por uma pausa muito fraca (que se representa, quando muito, por uma vírgula). A coordenativa separa-se da proposição anterior por uma pausa mais forte (que se figura por vírgula, ponto e vírgula e até mesmo ponto final). (Said Ali: *Gramática Secundária*, p. 203)”³.

(2) O autor não inclui explicitamente a conjunção *pois que* nesta classificação. Mas há aí o inevitável etc., além do fato de outros autores o fazerem. Cf., por exemplo, Lima: (1964, 171).

(3) Na minha edição (Ali, 1964) é p. 147.

Se as observações quanto ao contexto — as explicativas *que* e *porque* aparecem normalmente depois de orações optativas e imperativas — e quanto à pausa — maior nas explicativas e quase imperceptível nas causais — não deixam de ter uma certa pertinência, é preciso dizer, entretanto, que não constituem senão expedientes práticos para identificar uma diferença cuja natureza é muito mais profunda. Em outras palavras, essas diferenças contextuais e rítmicas são na verdade algumas das manifestações de um fenômeno mais amplo que se prende à própria natureza e à função destas conjunções. E é porque as gramáticas, em geral, se contentam em repetir as classificações herdadas que, além de se contentarem com os expedientes práticos para manter a distinção, não percebem também as diferenças que possam existir no próprio interior das conjunções causais, como por exemplo a que parece existir entre as conjunções *porque*, de um lado, e *já que*, *pois que*, etc., de outro.

2. Tentaremos então estudar as conjunções *pois*, *porque* e *já que* e mostrar que se todas elas, por serem conjunções, são utilizadas na organização do raciocínio, na medida em que marcam a existência de um elo necessário entre uma proposição e outra proposição, elas não o fazem da mesma maneira. Isto é, apesar dos pontos comuns que as aproximam, têm funções bastante diferentes. E essa diferença de funções poderá permitir uma compreensão melhor dos mecanismos de organização do discurso em texto, ao mesmo tempo que mostrar a importância das “operações” subjetivas⁴ para esta textualidade do discurso.

Dividiremos nossa análise em duas partes. Na primeira faremos um estudo sintático das três conjunções e na segunda tentaremos, através de sua descrição semântica, buscar uma explicação para os fenômenos sintáticos apontados na fase anterior.

O presente artigo tratará quase que exclusivamente do desenvolvimento da primeira parte da análise, contentando-se em fazer apenas algumas indicações sobre os caminhos de um possível tratamento semântico das conjunções em termos da teoria dos atos da linguagem e que será objeto de um segundo artigo.

3. Dissemos anteriormente que a distinção entre conjunção coordenativa explicativa *pois*, de um lado, e as conjunções subordinativas causais *porque* e *já que*, de outro, embora tradicionalmente afirmada, encontra poucas evidências que a confirmem. Quais são, pois, os fatos sintáticos que permitem manter esta distinção clássica e quais aqueles que permitem revê-la?

(4) O que chamo de “operações subjetivas equivale ao que chamei “operação” argumentativa em Vogt (1977, 91-97). Voltarei mais adiante ao problema.

Tentaremos mostrar, como resultado da análise, que, do ponto de vista sintático, *pois* e *já que* estão mais próximas uma da outra do que *porque* e *já que*, de tal forma que a oposição entre coordenativas explicativas e subordinativas causais tenha, ela própria, de ser questionada.

3.1. Ao menos dois critérios sintáticos parecem corroborar a oposição tradicional entre a conjunção *pois* e as conjunções *porque* e *já que*:

A) Enquanto *porque* e *já que* podem encontrar-se no começo do enunciado, *pois* exige um texto anterior, um pré-texto.

Assim, enquanto enunciados como

(1) Porque sabe lógica, ele se acredita um gênio.

(2) Já que você insiste, eu venho.

são perfeitamente possíveis, um enunciado do tipo de

(3) * Pois sabe grego, ele se acredita romano.

parece ser um tanto estranho⁵.

Da mesma forma as demais conjunções subordinativas causais parecem poder ocorrer nesta posição de abertura do enunciado:

(4) Pois que você insiste, eu venho.

(5) Como sabe lógica, ele se acredita um gênio.

(6) Uma vez que você insiste, eu venho.

(7) Desde que você insiste, eu venho.

Este critério não é invalidado mesmo que se encontre num texto a conjunção *pois* depois de um ponto final, ou ainda no início de um novo parágrafo. A condição é que exista sempre um enunciado no texto, antes do enunciado a ele ligado pela conjunção *pois*, isto é, antes de *pois*.

Por outro lado, tal fato está perfeitamente de acordo com as observações das gramáticas tradicionais sobre a pausa que separa as proposições relacionadas pela conjunção *pois*.

B) *Porque* e *já que* podem combinar-se com a conjunção *e*, enquanto *pois* normalmente não o faz.

(8) Pedro voltou porque está cansado e porque estava doente.

(9) Eu virei, já que você insiste e já que João partirá.

(10) * Pedro voltou, pois estava cansado e pois estava doente.

Os critérios que apresentaremos abaixo são um desenvolvimento e uma consequência do critério A.

(5) Usarei asteriscos para indicar um certo grau de estranheza dos enunciados que eles precedem, sem, contudo, pretender com isso indicar a sua impossibilidade absoluta de ocorrência.

C) Conforme observa Said Ali (1964, 148 e 182), a noção de causa pode ser expressa pelo gerúndio:

- (11) Sendo hoje dia feriado, eles não saíram.
- (12) Confiando na justiça do ministro, espero um despacho favorável.
- (13) Vendo que nenhum remédio produzia efeito, deu-se por incurável.
- (14) Sendo já tarde, trataram de se recolher aos seus aposentos.

O interessante neste caso é que o gerúndio parece ter, necessariamente, de iniciar o enunciado, já que em posição intermediária, isto é, depois da proposição principal, parece que o seu sentido é concessivo:

- (15) Eles não saíram, sendo hoje dia feriado.
(= Eles não saíram, embora hoje seja dia feriado).

Como em posição inicial é incomum a ocorrência de *pois*, que necessita de um pré-texto, o gerúndio parece ser necessariamente equivalente a *porque* e a *já que*.

D) Diz ainda Said Ali (1964, 148) que as orações de *porque* e *visto que* podem reduzir-se a *por* e *visto* seguidos de infinitivo:

- (16) Não sairemos por ser hoje dia feriado.
- (17) Devia fazer-nos abatimento, visto sermos bons pagadores.

Como tais fórmulas podem ocorrer no início do enunciado, elas substituem apenas as conjunções causais, mas não a conjunção *pois*:

- (18) Por ser hoje dia feriado, não sairemos.
- (19) Visto sermos bons pagadores, devia fazer-nos abatimentos.

Todas as substituições em (18) e (19) pelas conjunções consideradas tradicionalmente subordinativas causais são possíveis⁶, enquanto que a substituição por *pois* não o é:

(6) Verifique-se, entretanto, a possibilidade de realizar a extraposição de *por* + *infinitivo*, no caso de (18), e a sua impossibilidade com *visto* + *infinitivo* em (19) o que mostra uma diferença importante entre as duas conjunções, mesmo nas fórmulas que as substituem:

É por ser hoje dia feriado que não sairemos.

É visto sermos bons pagadores que devia fazer-nos abatimento.

O critério da extraposição será apresentado mais detalhadamente na secção 3.2. deste artigo.

- (20) Pois que hoje é dia feriado, não sairemos.
- (21) Já que somos bons pagadores, devia fazer-nos abatimento.
- (22) * Pois hoje é dia feriado, não sairemos.

3.2. Entretanto, se estes fatos distribucionais parecem justificar a classificação tradicional que, de uma certa forma, opõe a conjunção *pois* às conjunções *porque* e *já que*, uma série de outros critérios conseguem apontar semelhanças importantes de funcionamento entre *pois* e *já que* em oposição a *porque*.

A) As proposições introduzidas por *pois* e *já que* não podem responder à questão *por que?* Por isso os diálogos abaixo são estranhos:

- (23) (a) Por que você ficou resfriado?
 (b) * Pois eu saí sem agasalho.
 ou
 (c) * Já que eu saí sem agasalho.
- (24) (a) Por que Pedro foi embora cedo?
 (b) * Pois ele estava cansado.
 ou
 (c) * Pois que ele estava cansado.

Ao contrário, a conjunção *porque* é perfeitamente normal nestes diálogos:

- (25) (a) Por que você ficou resfriado?
 (b) Porque eu saí sem agasalho.
- (26) (a) Por que Pedro foi embora cedo?
 (b) Porque ele estava cansado.

O conceito de “normalidade” de um diálogo nada tem a ver aqui com o princípio da normatividade. Tudo o que ele significa é que a resposta do interlocutor do diálogo foi feita dentro do quadro de previsões instituído pelo ato de fala do locutor.

Assim, se um locutor α , dirigindo-se a um ouvinte β pergunta:

- (27) Pedro irá para o Rio de Janeiro?

ele pratica um ato de linguagem específico, o ato de interrogar, que incide sobre o conteúdo “ida futura de Pedro para o Rio de Janeiro”. Este mesmo conteúdo pode reaparecer como objeto de

outros atos de fala específicos, como por exemplo nas enunciações abaixo:

(28) Pedro irá para o Rio de Janeiro.

(29) Que Pedro vá para o Rio de Janeiro.

Em (28) o locutor pratica um ato de afirmação que incide sobre o conteúdo “ida futura de Pedro para o Rio de Janeiro”, enquanto que em (29), a propósito do mesmo conteúdo, o locutor pratica um ato de ordenar.

Uma forma de representar, na complexidade de uma enunciação, o ato de fala específico que a caracteriza e o seu conteúdo seria, no caso das enunciações (27), (28) e (29):

(27a) I: “ida futura de Pedro para o Rio de Janeiro”

A: “ida futura de Pedro para o Rio de Janeiro”

O: “ida futura de Pedro para o Rio de Janeiro”

I, A, O, representam respectivamente os atos de interrogar, de afirmar e de ordenar e o conteúdo visado por estes atos é escrito entre aspas.

A marca destes diferentes atos seria, no interior do enunciado, para (27), a entonação, para (28), o indicativo e para (29), o subjuntivo presente⁷.

No caso de (27) o locutor cria para o seu interlocutor obrigações específicas que delimitam o seu comportamento lingüístico. Esta jurisdição se estabelece a partir de regras e estas regras são

(7) As expressões *ato de fala, ato de linguagem, enunciação e ato de enunciação* aparecerão, aqui, como equivalentes. A distinção enunciado/enunciação comum na lingüística, sobretudo a partir de Austin, deverá também ser observada. Para o filósofo inglês o conceito de enunciação remete à produção principalmente oral de um ato de linguagem, sendo esta considerada como uma atividade consciente e própria do homem. Deste modo, o termo enunciação é empregado por Austin unicamente para um ato efetivamente produzido, uma atividade. O termo enunciado, por sua vez, evocaria o conteúdo do ato, deixando de lado aquilo que pode ser feito além da simples manifestação do conteúdo. Cf: Austin, 1962 e também Searle, 1969. Se no caso da interrogação...

Se no caso da interrogação é fácil reconhecer o ato de fala, no caso da afirmação e da ordem as coisas se complicam um pouco. Porque o indicativo e o subjuntivo têm outros usos. Dizendo *Gostaria de saber se Pedro irá para o Rio*, não pratico nenhum ato de afirmação a respeito da ida de Pedro para o Rio, da mesma forma que, dizendo *Temo que Pedro vá para o Rio*, nenhum ato de ordenar é praticado relativamente a este conteúdo. Entretanto, a não existência de uma marca exclusiva para indicar a ordem e a afirmação não significa que em certos contextos estes atos não sejam indicados sem ambigüidade, como é o caso das enunciações (28) e (29).

constitutivas do jogo lingüístico. A pergunta efetuada pelo locutor α , β deve necessariamente responder ou *sim* ou *não* ou ainda confessar a sua ignorância, dizendo *não sei*. São estas sombras projetadas pela enunciação de α que apontam a direção que o diálogo deve tomar, ao mesmo tempo que indicam o seu sentido. A significação de um ato de linguagem concentra assim a ambigüidade do termo sentido, desfazendo-a pela convivência conceitual das noções de sentido e direção.

Obviamente, outras respostas podem ocorrer. Ou, mesmo o silêncio do interlocutor. Mas num caso e noutro a sua atitude colocará em jogo a própria validade do jogo que se joga e o seu comportamento lingüístico será, desta forma, polêmico.

É o que se pode verificar se as respostas a (27) fossem, por exemplo, *Eu sei lá de Pedro, A mim você vem perguntar? Por que você quer saber de Pedro?*, etc.

Do mesmo modo, nos diálogos (23/25) e (24/26), outras respostas são possíveis. A pergunta de α , *Por que Pedro foi embora cedo?* o interlocutor β pode responder *sei lá, não me interessa, não é da sua conta*, etc., e em todos estes casos estará refutando o próprio ato de linguagem praticado por α . Como este ato é uma interrogação específica (marcada por *por que*), que visa a razão, a causa de um certo acontecimento descrito no conteúdo da enunciação, a resposta deve conter necessariamente a conjunção *porque*.

Uma resposta com *pois* ou *já que* seria possível, mas ela manifestaria a recusa do interlocutor em aceitar um diálogo como jogo de razões.

Assim, um diálogo como:

- (30) (a) 'Por que Pedro foi embora cedo?
(b) Pois ele estava cansado.

é uma forma de refutar o ato de linguagem praticado pelo locutor α) da mesma forma, como veremos na seqüência deste trabalho, que o emprego normal de *pois* constitui um ato de justificação relativamente a outro ato de linguagem praticado anteriormente.

Por outro lado, uma resposta com *pois que*, *já que* traduziria também uma certa anormalidade do diálogo, na medida em que a resposta de β pressupõe uma evidência apresentada que dispensa a pergunta de α . Uma forma gestual como o *uai* mineiro, poderia reforçar o comportamento refutador do ouvinte em relação à pergunta do locutor: *Pois que ele estava cansado, uai*.

B) As conjunções *pois* e *já que* não podem ser *extrapostas*, nem postas em questão, enquanto *porque*, pode⁸.

(31) * É pois ele comeu pouco que está doente.

(32) * É já que ele saiu sem agasalho que está resfriado.

(33) * É pois seu carro está na garagem que ele está em casa?

(34) * É pois que ele comeu pouco que está doente?

Com *porque* as construções são, ao contrário, perfeitamente admissíveis:

(31a) É porque ele comeu pouco que está doente.

(32a) É porque ele saiu sem agasalho que está resfriado.

(33a) É por que seu carro está na garagem que ele está em casa?

(34a) É por que ele comeu pouco que está doente?

O mesmo fenômeno se verifica em construções do tipo

(35) Se Pedro veio é porque ele queria vê-lo.

em que a ênfase é também colocada sobre a causa, isto é, sobre a conjunção *porque*.

Neste caso também não cabem as conjunções *pois* e *já que*:

(35a) *Se Pedro veio é pois ele queria vê-lo.

(35b) *Se Pedro veio é já que ele queria vê-lo.

C) Enquanto *porque* pode ser modificada por um advérbio, *pois* e *já que* excluem esta possibilidade.

Assim, se se pode dizer

(36) Ele comeu pouco simplesmente porque não tinha fome, torna-se mais difícil dizer

(36a) Ele comeu pouco simplesmente pois não tinha fome.

ou

(36b) Ele comeu pouco provavelmente já que não tinha fome.

(8) Chamo *extrapor* o processo de eleger no interior do conteúdo de um enunciado um elemento que centralizará o foco informacional deste conteúdo, através de recursos lingüísticos. Em outras palavras, extrapor um elemento de um enunciado significa tematizá-lo por um procedimento lingüístico. Para a distinção tema/remo cf., por exemplo, Halliday (1970). Em Português este procedimento pode ser caracterizado pelo recurso às construções *é... que, fui... que, foi... que, etc.*, que os gramáticos consideram do ponto de vista da ênfase. É o que se lê, por exemplo, em Said Ali:

“O efeito da ênfase em nome ou pronome no início da oração muitas vezes não se consegue apreciar em virtude da natural tendência de acentuarmos com mais força o verbo. Mas a língua portuguesa possui meios de pôr em destaque a palavra em questão. Comparemos *eu disse* com *fui eu que disse*; *eu vou* com *eu é que vou*”. (Ali, 1964, 24).

3.3. Se os fatos acima apontados já indicam semelhanças interessantes no comportamento sintático de *pois* e de *já que* em oposição a *porque*, outros fatos não menos importantes podem reforçar esta oposição. É o que tentaremos mostrar em seguida.

Chamemos *p* e *q* duas proposições e *p pois q*, *p já que q*, *p porque q* os grupos constituídos pelo relacionamento destas proposições através das conjunções *pois*, *já que* e *porque*, respectivamente.

Começemos pelos grupos *p pois q* e *p já que q* para mostrar que nenhum nem outro podem, sem romper-se semanticamente

- a) nem ser submetidos a uma negação;
- b) nem ser questionados;
- c) nem se prestar ao encadeamento, isto é, tornar-se em bloco a subordinada de uma outra proposição;
- d) nem constituir-se no escopo de um quantificador.

A) *Negação*

Consideremos as seguintes enunciações

(37) Pedro parou de trabalhar, pois eram 5 horas.

(38) Pedro irá à sua casa, já que prometeu.

que submetidas à negação dão, respectivamente:

(37a) Pedro não parou de trabalhar, pois são 5 horas.

(38a) Pedro não irá à sua casa, já que prometeu.

B) *Interrogação.*

Se submetidas à interrogação, o que se obtém é:

(37b) Pedro parou de trabalhar?, pois são 5 horas.

(38b) Pedro irá a sua casa?, já que ele prometeu.

Nestes casos, apenas a primeira proposição *p* é que é negada ou interrogada e não o bloco todo *p pois q* ou *p já que q*.

Se chamamos *p'* as transformações negativas de *p*, poderemos representar o resultado de suas aplicações sobre os blocos *p pois q* e *p já que q* da seguinte maneira: *p' pois q* e *p' já que q*, respectivamente. Em outras palavras, estas modificações não atingem os blocos como um todo, mas apenas um de seus elementos, o que evidencia o fraccionamento semântico de uma aparente unidade de conteúdo.

Por outro lado, o fato de apenas o primeiro elemento ser transformado pela negação e pela interrogação pode constituir-se um indício importante para explicar aquilo que, em geral, as gramáticas tradicionais apontam como um critério distintivo de *pois* e de *porque*: a pausa maior no primeiro caso, e menor no segundo.

A diferença é que, em primeiro lugar, as outras conjunções causais como *já que*, *pois que*, etc. obedecem, neste particular, ao mesmo comportamento de *pois* e, em segundo lugar, aquilo que é apontado naquelas gramáticas como um princípio de explicação é, na verdade, um fenômeno decorrente das particularidades semânticas destas conjunções. Neste sentido, o problema da pausa é algo a ser explicado e não um princípio de explicação.

C) *Encadeamento.*

Quando submetidas ao encadeamento, isto é, quando transformadas em subordinadas de uma outra proposição, as frases

(39) Ele está em casa, pois seu carro está na garagem.

(40) Pedro viajou, já que seu carro não está na garagem.

permitem obter, por exemplo:

(39a) Creio que ele está em casa, pois seu carro está na garagem.

(40a) Tenho certeza de que Pedro viajou, já que seu carro não está na garagem.

Nestas frases não foram os blocos p *pois* q ou p *já que* q que foram encadeados, mas apenas, em cada caso, a proposição p .

Tanto isso é verdade que as proposições introduzidas por *pois* e por *já que* aparecem agora como espécies de justificação não para *Ele está em casa* ou para *Pedro viajou*, como acontecia originalmente, mas para *Creio que ele está em casa* e *Tenho certeza de que Pedro viajou*. Isto é, o que se justifica agora é a minha crença sobre o fato de ele estar em casa, num caso, e a minha certeza sobre a viagem de Pedro, no outro.

Chamando p' a proposição principal de q , teremos novamente p' *pois* q e p' *já que* q .

Mais uma vez podemos perceber o quanto o problema da entonação está ligado a este comportamento específico de *já que* e de *pois*.

D) *Quantificação.*

Se considerarmos os enunciados

(41) Os turistas virão, pois está calor.

(42) Os turistas virão, já que está calor.

(43) Os turistas virão, pois que está calor.

e colocarmos um quantificador no começo de cada um deles, obteremos, por exemplo:

- (41a) Poucos turistas virão, pois está calor.
 (42a) Muitos turistas virão, já que está calor.
 (43a) Alguns turistas virão, pois que está calor.

Também aqui parece que o quantificador incide sobre p (*os turistas virão*) e não sobre a totalidade do bloco p pois q ou p já que q .

Desse modo, parece impossível obter modificações no conjunto do bloco p pois q ou do bloco p já que q . Quando submetidos às transformações eles voltam necessariamente a face de sua duplicidade, rompendo a aparente unidade de conteúdo pela exposição de seus dois componentes: de um lado p , modificado para p' através da negação, da interrogação, do encadeamento e da quantificação, e de outro, *pois q* ou *já que q*, aplicando-se ao elemento assim modificado.

3.4. Examinaremos agora o comportamento do bloco p porque q , quando submetido às transformações acima discutidas.

Verificaremos que, neste caso, elas apresentam, como resultado de sua aplicação, uma frase ambígua, na qual uma das interpretações mostra sempre a integridade do bloco e a outra a sua ruptura, do ponto de vista semântico.

A) *Negação.*

Considerando a frase

- (44) Pedro parou de trabalhar porque são 5 horas.

e submetendo-a à transformação negativa,

- (44a) Pedro não parou de trabalhar porque são 5 horas.

verificamos a existência das duas interpretações de que falamos:

1.^a interpretação: “Pedro não parou de trabalhar, e isso porque são 5 cinco horas”. Há neste caso, ruptura do bloco e a representação da modificação no enunciado pode ser feita da seguinte maneira: p' porque q .

2.^a interpretação: “Não é porque são 5 cinco horas que Pedro parou de trabalhar (mas por uma outra razão)”. Aqui há conservação do bloco, e uma forma possível para representar o fato de que o escopo da negação é todo enunciado, isto é, a relação de causa entre p e q , atualizada pela conjugação *porque*, é \sim (p porque q).

B) *Interrogação.*

A frase

(45) Pedro irá à sua casa porque prometeu.

quando submetida à transformação interrogativa dá

(45a) Pedro irá a sua casa porque prometeu?

que também admite duas interpretações:

1.^a interpretação: “Pedro irá à sua casa? e faço a questão porque a sua promessa não dá garantia à sua ida”.

Representação: *p’ porque q*, isto é ruptura do bloco.

2.^a interpretação: “A causa da ida de Pedro à sua casa será a promessa que ele fez?”

Representação: *(p’ porque q) ?*, isto é, conservação do bloco.

C) *Encadeamento.*

Se transformarmos a frase

(44) Pedro parou de trabalhar porque são 5 horas.

na subordinada de uma outra proposição, obteremos, por exemplo:

(44b) Creio que Pedro parou de trabalhar porque são cinco horas.

Ainda neste caso são passíveis as duas interpretações:

1.^a interpretação: “Creio que Pedro parou de trabalhar, e a causa de minha crença é que são 5 horas”

Representação: *p’ porque q*, isto é, ruptura do bloco.

2.^a interpretação: “Creio que a causa de Pedro ter parado de trabalhar é que são 5 horas”.

Representação: Creio que *(p porque q)*, isto é, conservação do bloco.

D) *Quantificação.*

O enunciado

(46) Os turistas virão porque está calor.

quando submetido à ação de um quantificador, colocado no seu início, dá, por exemplo

(46a) Poucos turistas virão porque está calor.

que também admite as duas interpretações:

1.^a interpretação: “Poucos turistas virão, e isto porque está calor”

Representação: p' porque q , isto é, ruptura do bloco.

2.^a interpretação: “Para poucos turistas a causa de sua vinda será o calor”.

Representação: Poucos (p porque q), isto é, conservação do bloco.

4. Os fatos apontados em 3.2., 3.3. e 3.4. mostram que a classificação tradicional que opõe a conjunção *pois*, como conjunção de coordenação, às conjunções *porque* e *já que*, enquanto conjunções subordinativas, é superficial e inadequada. Da mesma forma que para as conjunções francesas *car*, *parce que* e *puisque*, como mostra o grupo de trabalho orientado por Oswald Ducrot no artigo que mencionamos, a oposição sintática que parece firmar-se é a que existe entre *porque*, de um lado, e *pois* e *já que*, de outro. Além disso, no português, o comportamento de *porque* parece revelar-se como privilegiado em relação às outras conjunções causais: *porque* goza de uma ambigüidade fundamental. Por um lado, é a única conjunção capaz de explicar, pelo elo de causalidade que estabelece entre os conteúdos de duas proposições, o conteúdo da primeira pelo conteúdo da segunda; por outro lado, tem um comportamento que a aproxima da conjunção *pois*, quando a explicação desliza para uma espécie de justificação do que se diz na primeira proposição.

É esta ambigüidade que procuramos evidenciar do ponto de vista sintático e é ela que permite compreender a indecisão do falante de português, quando na linguagem escrita reluta em marcar a pausa entre as proposições ligadas por *porque*. Mas esta pausa não é indiferente; no caso em que ela se faz necessária, esta necessidade é determinada estruturalmente por um valor de *porque*: aquele em que a conjunção funciona não como um operador do tipo lógico, mas como uma espécie de marca de subjetividade, cuja intenção é introduzir um ato de justificação para o ato de fala que produziu a primeira proposição. Por isso o esquema de entonação é totalmente diferente nas duas interpretações que apontamos para a frase interrogativa *Pedro irá à sua casa porque prometeu?*

Na primeira interpretação, aquela em que dissemos haver ruptura do bloco, isto é, p' porque q , a interrogação é colocada logo depois de p , enquanto que na segunda, aquela em que há conservação do bloco, a interrogação deve recair no final do enunciado, conforme representam os esquemas abaixo:

1.^a interpretação: Pedro irá à sua casa?, porque prometeu.

2.^a interpretação: Pedro irá à sua casa porque prometeu?

Do mesmo modo se entende porque a pausa é necessária quando se trata dos blocos *p pois q*, *p já que q*, *p pois que q*, etc., podendo, como dizem as gramáticas, ser marcada até por ponto final. É que nestes casos não há propriamente uma operação, que se efetue pelas conjunções, entre os conteúdos de duas proposições e que produza um novo conteúdo unitário. Por isso, as transformações de negação, interrogação, encadeamento e quantificação não conseguem incidir sobre a totalidade dos blocos como acontece na segunda interpretação de *porque*.

Na verdade, a operação realizada pelas conjunções *pois*, *já que*, *pois que porque* (na sua primeira interpretação) e pelas outras conjunções causais (segundo creio) entre *p* e *q* não se faz ao nível de seus conteúdos, mas ao nível dos atos de fala que instituem estes conteúdos.

Desta forma se explicaria o fato de que elas mesmas não possam constituir o campo sobre o qual incidem as transformações. Porque não se nega, não se interroga, não se encadeia nem se quantifica um ato de fala. Como negar, por exemplo, uma ordem, uma interrogação, uma afirmação, a não ser polemicamente?

A operação que estas conjunções realizam é uma operação argumentativa, no sentido em que usei essa designação (Vogt, 1977) para determinar o valor de elementos como *também*, *mesmo*, *ainda*: a sua função é relacionar dois enunciados de tal forma que, embora produzindo um terceiro, jamais se perca a individualidade de cada um. O seu estudo deverá ser feito no interior de uma teoria dos atos de fala, tentando mostrar, a partir do conceito de ato de linguagem, que o locutor, quando emprega *porque*, *pois* ou *já que*, pratica atos específicos, na medida em que estabelece, em cada caso, com o seu ouvinte, relações também de um tipo específico.

Além disso, para que se possa chegar a uma explicação do valor específico de cada uma dessas conjunções e, conseqüentemente, dos fatos sintáticos aqui apontados, é preciso levar em conta o problema da atitude intelectual do locutor e a que ele atribui ao ouvinte, em relação às proposições *p* e *q* ligadas por *pois*, *já que* e *porque*. Indagar-se sobre a atitude intelectual dos locutores relativamente a estas proposições significa perguntar-se pelo seu *status assertivo*, isto é, perguntar-se se o locutor as considera como verdadeiras, se ele procede como se o ouvinte as admitisse, se o locutor pretende anunciá-las quando fala, etc..

Este conceito de *status assertivo*, utilizado também por Ducrot, é importante porque entre as semelhanças de comportamento lingüístico apontadas, entre *pois* e *já que*, restam algumas diferenças que é preciso explicar. É o caso, por exemplo, da possibilidade da ocorrência de *já que* no início do enunciado e da impossibilidade de *pois*.

Se admitirmos que a conjunção *pois* marca um ato de fala específico, cuja função é justificar um ato de enunciação anteriormente praticado, entenderemos porque a língua obriga o locutor a apresentar *p* e depois a justificação através de *pois q*, da mesma forma que entendemos porque o locutor não pode considerar *q* como verdadeiro, já que ele precisa justificar a sua enunciação, por exemplo, argumentando em favor da verdade de *p*, quando se tratar de uma afirmação.

Por outro lado, se o ato de fala que a conjunção *já que* caracteriza é um ato de inferência, a proposição *q* é apresentada como uma evidência tal que, se o ouvinte a admite, ele será forçado a admitir *q*, por causa da relação específica que o locutor estabelece entre *p* e *q*, quando emprega *já que*. Se *q* é apresentado como uma evidência da qual se vai deduzir *p*, é natural que a conjunção possa vir no começo do enunciado⁹.

Neste sentido é que estas conjunções constituem “operadores” argumentativos, isto é, marcadores de subjetividade, e o seu estudo deverá contribuir para mostrar a importância das intenções dos falantes na organização do discurso e na sua estruturação como texto. Esta importância acreditamos ser tão grande quanto a que se atribui aos operadores de tipo lógico.

Obras Citadas

- ALI, Saïd M. 1964. *Gramática secundária e gramática histórica da língua portuguesa*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília.
- AUSTIN, J. J. 1962. *How to do things words*. Oxford: Oxford University Press.
- BECHARA, E. 1964. *Moderna gramática portuguesa*, 9.^a ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional.
- DUCROT, O. (e outros). s.d. “Car, parece que. puisque”, mimeografado.
- HALLIDAY, M. A. K. 1970. “Language Structure and Language Function”, in John Lyons: *New Horizons in Linguistics*. Penguin Books, 1970, p. 140-165.
- LIMA, Rocha. 1964. *Gramática normativa da língua portuguesa* 10.^a ed. Rio de Janeiro: Briguiet.
- SEARLE, J. R. 1973. *Les actes de langage*. Paris: Herman, 1973.
- VOGT, Carlos. 1977. *O intervalo semântico: contribuição para uma teoria semântico-argumentativa*. São Paulo: Ática.

(9) Não é muito diferente, embora com outras palavras e outros pressupostos teóricos, o que diz Saïd Ali a respeito de *já que*, *visto que*, *visto como* e *uma vez que*: “Queremos fundamentar uma ação e significar que a causa determinante é fato bem conhecido, servimo-nos de *já que* ou *visto que*, *visto como*: Já que te calas, não insistirei.

Emprego análogo tem a locução *uma vez que*, usada como conjunção causal. Significa em especial que basta o realizar-se certo acontecimento para ser inevitável aquilo que afirmamos na proposição principal”. (Ali, 1964, 147-148).